



À ILUSTRE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – ONÉLIA CARVALHO DE OLIVEIRA HOLANDA (PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO)

CINZEL ENGENHARIA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade empresária do tipo limitada, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.059.768/0001-42, com endereço na Rua São Miguel, nº. 1080, Afogados, Recife/PE, CEP: 50.850-000, através de seu representante infra-assinado, constituído nos termos do instrumento procuratório em anexo (**Doc. 01**), vem, respeitosa e tempestivamente, com fulcro no Art. 41, §2º da Lei nº 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do Processo Licitatório nº Nº 064/2021 Concorrência Pública nº 003/2021**, deflagrado por esta Comissão, pelos argumentos de fato e de direito a seguir aduzidos

1. DA TEMPESTIVIDADE

A abertura das propostas desta Licitação está designada para ter início no dia 20.01.2021 (quinta-feira), às 10h00min (dez horas). Portanto, apresentada a presente Impugnação até o dia 18.01.2022 (terça-feira), resta cumprido o prazo disposto no Art. 41, §2º da Lei nº 8.666/93¹, bem como no item 5.8. do Edital², sendo patente sua tempestividade.

¹ Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

² 5.8. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados à Comissão de Licitação em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, para o e-mail previsto no preâmbulo deste Edital, devendo a Comissão de Licitação apresentar as respostas correspondentes em até um dia útil antes da data da sessão pública, comunicando a todas as licitantes que tenham retirado o edital até aquela data, e disponibilizando-as no site www.mppe.mp.br.

2. DAS IRREGULARIDADES CONTIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

2.1 DO EXCESSO DE EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Trata a presente Licitação de Concorrência Pública, do tipo menor preço global, mediante o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, visando a *“a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção, por regime de execução por preço unitário, da Torre da Sede Única do MPPE”*.

Ocorre que, quando do tópico acerca da participação no certame e, posteriormente, quando das exigências de qualificação econômico-financeira, os itens, 7.5.1, 7.5.2 e 7.5.2.1 do instrumento convocatório estipulam que deverão ser apresentadas Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou, caso positiva, deverá ser apresentado o plano de recuperação homologado:

7.5. Qualificação Econômico-Financeira:

7.5.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

7.5.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

7.5.2.1. A certidão descrita no subitem 7.5.2 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial da sede ou do domicílio da licitante (subitem 7.5.1) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

Desse modo, percebe-se que o Edital restringe a participação de empresas em processo recuperacional ao exigir que estas possuam o seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ) homologado, independentemente de possuírem (e demonstrarem) condições financeiras para execução do objeto licitado e contratação junto à Administração Pública.



E tal restrição afeta diretamente esta licitante, que se encontra em processo de Recuperação Judicial em curso, tombado sob o nº 0000642-04.2021.8.17.2001 (em trâmite na 27ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE – Seção “A”), uma vez que, a despeito de já ter apresentado seu Plano de Recuperação Judicial nos autos, este ainda não foi homologado, não havendo sequer previsão de agendamento da Assembleia Geral de Credores, vez que o procedimento só foi deferido no último dia 22.01.2021 (**Doc. 02**).

No presente caso, portanto, o feito ainda está em fase embrionária. Inclusive, importante mencionar desde já que na Decisão de Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial proferida nos autos do processo mencionado, já houve a dispensa geral de apresentação de certidões para o exercício da atividade empresarial dessa Impugnante (de forma que, como as contratações públicas são sua principal fonte de faturamento, já estão englobadas as dispensas das certidões negativas de débito e as de recuperação judicial para participação em processos licitatórios).

Ademais, se não bastasse a Decisão acima, que autoriza de modo indireto a participação desta Impugnantes em licitações, importante ter em mente que a homologação do plano de recuperação judicial é um evento que não depende da vontade ou das ações desta Impugnante. Na realidade, trata-se de um evento futuro e de data completamente incerta, uma vez que depende da superação de uma série de etapas previstas na Lei de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/2005.

Só após o decurso do prazo para habilitação dos credores (Art. 7º, §1º), apresentação do plano recuperacional (Art. 53), oferecimento de eventuais objeções ao plano pelos credores (Art. 55) é que o Juiz irá convocar a assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação apresentado pela empresa devedora (Art. 56). E, só então, caso o plano seja aprovado na forma do Art. 45 que ele poderá ser homologado pelo Juízo Universal, inaugurando a fase própria de cumprimento das obrigações previstas no plano.

Como se vê, a empresa em recuperação não tem o menor controle sobre a homologação do plano, especialmente ao se considerar que a convocação da assembleia

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "L. Helena", located at the end of the paragraph.



geral de credores depende do Juízo onde se processa a recuperação e pode ser atrasada por uma série de motivos distintos.

Dessa maneira, é completamente desarrazoado privar a empresa recuperanda de participar de licitações. Exatamente por conta disso, a Lei de Recuperação Judicial e Falências traz em seu texto a previsão de que as empresas em recuperação judicial serão dispensadas de apresentar certidões negativas de débito a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Senão vejamos a redação do Art. 52, inciso II, da Lei 11.101/05, recentemente alterada pela Lei 14.112/2020:

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

II - determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

(Destacamos)

Do dispositivo acima, percebe-se a flexibilização dada a questão da exigência de apresentação de certidões negativas de débito para contratação com o Poder Público. Afinal, impedir tais empresas de contratarem com o Poder Público, privando-as de parcela substancial de seu faturamento, por conta da exigência desse tipo de certidão significa esvaziar o próprio escopo do processamento da recuperação judicial, que é, justamente, viabilizar a superação da situação de crise enfrentada pela recuperanda.

O instituto da recuperação judicial, criado a partir da Lei 11.101/05, visa permitir que as empresas superem a crise empresarial e mantenham suas atividades, viabilizando que sua fonte produtora permaneça. Desse modo, a legislação busca proteger a pessoa jurídica e criar um ambiente propício para o seu soerguimento, preservando suas atividades e todos os benefícios delas decorrentes.

Sendo assim, percebe-se que a dispensa de apresentação de certidões negativas está em plena harmonia com o **Princípio da Preservação da Empresa** trazido pelo Art.

47 da Lei, já que garante que o devedor continue podendo exercer suas atividades regularmente, não sendo impedido de contratar em virtude da exigência de certidões negativas, exigência esta que, inclusive, tem o caráter de restringir a competitividade dos certames.

Nesse sentido, todos os pressupostos ou condições que impliquem restrição ao caráter competitivo do procedimento licitatório devem ser rechaçados, por violação direta ao Art. 3º, da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será **processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

(Destacamos)

E é justamente o que ocorre nos itens do Edital supramencionados já que eles contemplam uma exigência desnecessária para a empresa contratada e restringem a competitividade da Licitação, na medida em que há uma vedação à participação das empresas em recuperação judicial sem plano homologado, a despeito de estas empresas possuírem aptidão técnica e financeira para cumprir com a eventual contratação, que é justamente o caso desta Impugnante.

De nenhuma forma é razoável, tampouco admissível, exigir que a presente Licitante – ou qualquer outra que se encontre em situação semelhante – apresente certidão negativa de recuperação judicial ou a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, tendo em vista que ela atende as demais exigências editalícias e tal dispositivo é manifestamente ilegal.

Não pode a Administração dar uma interpretação extensiva de dispositivos que sequer estão presentes na Lei de Licitações, sob pena de violação expressa ao princípio da legalidade. É que, além de descabida e desproporcional, a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial ou do plano homologado é ilegal, na medida em que o disposto no Art. 31 da Lei de Licitações prevê apenas que:

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Lucia Helena", located at the bottom right of the page.

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

II – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física

Destarte, tem-se que o dispositivo *supra* apenas menciona como documento para comprovação da qualificação econômico-financeiro a certidão negativa de falência ou concordata, sem alcançar o instituto da recuperação judicial. Portanto, qualquer exigência neste sentido (de certidão negativa de recuperação judicial) ultrapassa o estabelecido pela própria legislação em vigor, devendo ser afastada, uma vez que esbarra no princípio da estrita legalidade.

Nesse sentido, a jurisprudência dos Tribunais brasileiros é uníssona no sentido que não se pode vedar, *a priori*, a participação em licitação de empresa que está sob o regime da Lei nº 11.101/2005, haja vista inexistir qualquer estipulação nesse sentido na Lei nº 8.666/93. Aqui, importante colacionar o seguinte precedente sobre a matéria:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado.

3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page, next to the number 6.

possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.

7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

(STJ - AREsp: 309867 ES 2013/0064947-3, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 26/06/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/08/2018)

(Destacamos)

O pronunciamento judicial colacionado acima reforça o fato de que uma empresa estar em processo recuperacional não pode ser confundido, automaticamente, com a incapacidade de se recuperar e contratar junto à Administração.

Ademais, a automática inabilitação de uma empresa pelo simples fato de esta estar em procedimento recuperacional também afronta o princípio da isonomia.

Não se olvida do fato de que o Poder Público deve realizar determinadas exigências para os licitantes, a fim de garantir a segurança da contratação, com o objetivo de certificar que a empresa eventualmente contratada cumpra com o objeto licitado. Todavia, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial ou a comprovação de plano homologado não é conclusiva de que a empresa não conseguirá executar a avença.

O fato de uma empresa estar sob o manto da recuperação judicial não é impeditivo para que esta celebre contrato junto à Administração, tampouco é um fator decisivo acerca da sua capacidade econômico-financeira.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Lucia Helena", written over a horizontal line.

Em verdade, os prejuízos estão, justamente, nessa limitação indevida perpetrada pela Administração, que impede de forma desarrazoada a participação de empresas que estão se recuperando e atendem aos demais requisitos exigidos pelo instrumento convocatório.

É dizer: a ilegal exigência contida nos itens acarreta prejuízos a própria Administração ao limitar a concorrência, na medida em que as empresas em recuperação judicial, sem plano homologado, estão sendo impedidas de participarem do certame e poderiam apresentar a proposta mais vantajosa para o ente público, executando a contratação com segurança e com o melhor benefício possível.

Cabe trazer à baila, ainda, que a prestação dos serviços em comento não ficará comprometida com a aceitação da participação de empresas em recuperação judicial, vez que a qualificação econômico-financeira pode e será aferida na fase de habilitação a partir de parâmetros previstos na própria Lei de Licitações, não havendo qualquer prejuízo para o órgão Contratante. Ao revés: o prejuízo está justamente na manutenção desta restrição, vez que, provavelmente, empresas licitantes com propostas mais vantajosas para a Administração estão sendo impedidas de serem contratadas no presente procedimento licitatório.

Recentemente, inclusive, no âmbito do Egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, no julgamento do **Acórdão 2441/2017**, restou consolidado que cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica.

In casu, **não houve qualquer demonstração da necessidade de inclusão das referidas regras editalícias, as quais apenas impõem ônus demasiado para o perfazimento da contratação, ferindo o princípio da isonomia e o caráter competitivo do certame.** Os itens combatidos restringem a competitividade sem qualquer utilidade objetiva, vez que a efetiva prestação do serviço não depende de a empresa estar ou não em processo de recuperação judicial, mas sim que esta comprove possuir capacidade econômica para fazer frente ao objeto.

licitado (o que já é exigido pelos demais itens do Edital ao ser obrigatória a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis).

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco tem adotado posição combativa e contrária a cláusulas desse tipo nos editais de licitação, porquanto limitam grandemente a concorrência, quedando por prejudicar o interesse público. A posição é bem sintetizada no Voto do Conselheiro Dirceu Rodolfo nos autos do Agravo Regimental TCE-PE nº 1609944-8 (Acórdão 1339/16):

“Em verdade, a vedação pura e simples da participação de empresas em processo recuperação judicial em licitações, em princípio, sequer se justifica, até porque este instituto do direito comercial, diferentemente da antiga concordatas e da falência, foi concebido com vistas a socorrer empresas que se presumam ainda viáveis de continuar em atividade, senão não haveria sequer de se falar em recuperação, cuja a intenção é justamente esta, recuperar a empresa para que ela volte a funcionar de forma salutar.

Na esteira deste raciocínio, e respaldada em prestigiosa doutrina e farta jurisprudência, é que esta Corte de Contas, em suas deliberações, tem acolhido o entendimento de que é devida a participação em licitações de empresa em recuperação judicial

[...]

Logo, essa cláusula não deveria fazer parte do edital de licitação, posto se tratar de disposição flagrantemente restritiva à competitividade no certame.”

Com efeito, em casos idênticos ao presente, em que empresa em recuperação judicial foi inabilitada de processo licitatório, por suposta ausência de demonstração de qualificação econômico-financeira, devido a não apresentação do plano de recuperação judicial homologado, a jurisprudência entende ser incabível tal exigência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE POR FALTA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL HOMOLOGADO.** DECISÃO QUE INDEFERIU A MEDIDA LIMINAR. Inabilitação da impetrante por descumprimento ao item 8.1.4 do edital. Por determinação do juízo da 1ª Vara Cível de Jundiá, processo nº 1020323- 63.2018.8.26.0071, a empresa foi dispensada de apresentar, enquanto estiver em recuperação judicial, as certidões de falências e concordatas previstas no artigo 31, II, da Lei 8.666/93. Presentes nos autos indícios de ilegalidade do ato que desclassificou a impetrante. Enquanto não for homologado o plano de recuperação judicial, a impetrante está dispensada de apresentar as certidões de falências e concordatas.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Lucia Helena", located at the bottom right of the text block.

Preenchimento dos requisitos do artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/09. Decisão reformada para conceder a medida liminar. Recurso provido, com observação. (TJSP; Agravo de Instrumento 2225218-85.2018.8.26.0000; Relator (a): Marcelo Semer; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro de Bauru - 2ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 28/01/2019; Data de Registro: 30/01/2019)

LICITAÇÃO. Empresa em recuperação judicial. **Inabilitação econômico-financeira por não apresentação de Plano de Recuperação homologado judicialmente.** Pedido que já havia sido deferido, mas em fase de processamento.

Obstáculo intransponível ante a impossibilidade de obtenção do documento antes de esgotados os atos processuais que antecedem a votação do plano de recuperação judicial. Exigência não prevista no edital. **Licitude da participação de empresa recuperanda em licitações públicas. Precedentes do STJ.** Inexistência de prova da alegada incapacidade econômica. Sentença denegatória. Recurso provido para conceder a segurança.

(TJSP; Apelação Cível 1011740-26.2017.8.26.0071; Relator (a): Coimbra Schmidt; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Foro de Bauru - 2ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 30/07/2018; Data de Registro: 31/07/2018)

(Destacamos)

Dessa forma, a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações do exercício contábil, bem como a indicação dos índices de liquidez, nas formas já exigidas por este instrumento convocatório, são suficientes para que o licitante demonstre possuir capacidade econômico-financeira para sustentar a operação contratual.

Além de todos os argumentos acima colacionados, cumpre dizer que, em sede do Agravo de Instrumento tombado sob o nº 0002308-92.2021.8.17.9000, o Des. Relator **MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA**, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através de Decisão Interlocutória (**Doc. 03**), já autorizou a participação desta Empresa licitante em processos licitatório, dispensando a apresentação de certidão negativa de débitos e plano de recuperação judicial homologado, determinando, *in litteris*:

O Princípio da Preservação da Empresa, disposto no art. 47 da Lei nº. 11.101/05, se reveste como importante instrumento de reorganização produtiva da empresa recuperanda, na medida em que enseja critérios para que sejam conferidas condições para que a empresa em débito supere a situação de crise econômico-financeira e mantenha suas atividades, os empregos que gera e as condições de pagamento de seus credores.



A probabilidade do direito reclamado restou evidenciada, posto que o entendimento jurisprudencial aplicável à espécie assegura a participação de empresas submetidas ao regime de recuperação judicial em licitações, sem a exigência de apresentação de certidões negativas de débito ou que tenham um plano aprovado de recuperação. O entendimento jurisprudencial esclarece que o edital do certame não pode fazer exigências para além das legais.

Com igualdade, seria contraditório permitir a recuperação de uma empresa e proibi-la de realizar contratos com a parcela de mercado onde está concentrado o seu maior volume de negócios, como no caso em questão. A Empresa Recuperanda, ora Agravante, aduz, em todos os seus pedidos, que “a maior parte do seu faturamento advém justamente da execução de obras públicas, razão pela qual a impossibilidade de participar em processos licitatórios agravará ainda mais a crise que se pretende solucionar através do presente feito recuperacional, conduzindo invariavelmente ao insucesso da medida”.

(Destacamos)

Dessa forma, entende-se que o Relator daquele Recurso entendeu que a empresa Impugnante, então Agravante, não deveria ser impedida de participar de processos licitatórios pelo simples motivo do seu Plano de Recuperação Judicial ainda não ter sido homologado, não possuindo as Certidões Negativas requisitadas.

É que, como pontuado no *Decisum* acima, impossibilitar a participação da Impugnante em processos licitatórios corresponderia a um verdadeiro atentado em face da razão de ser do próprio procedimento de soerguimento da empresa em tela. Foi, portanto, a fim de evitar a dita contradição, que o Relator do Agravo de Instrumento **autorizou a participação da empresa Impugnante em processos licitatórios junto ao Poder Público**, de tal forma que as regras contidas no Edital impugnado não devem configurar injusto óbice à possibilidade da Impugnante de concorrer no certame.

3. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer esta Licitante que seja recebida a presente Impugnação, nos termos do Art. 41, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, para que, após sopesados os argumentos aduzidos, sejam JULGADOS PROCEDENTES, sendo extirpada do instrumento convocatório as exigências constantes nos Itens 7.5.1, 7.5.2 e 7.5.2.1, por

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "APC", located at the bottom right of the text block.



restringirem a competitividade do certame, vez que totalmente desnecessárias, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal/88 e do Art. 31 da Lei nº 8.666/93.

Subsidiariamente, caso esta Ilustre Comissão entenda por não afastar os itens acima mencionados, requer-se que a participação desta Impugnante seja considerada válida, (i) em razão da Decisão proferida quando do Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial da CINZEL, que dispensou a empresa de apresentar certidões para o exercício da atividade empresarial (*vide Doc. 02*); bem como por conta (ii) da Decisão do Des. Relator **MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA** (*vide Doc. 03*), que autorizou a participação da Impugnante em processos licitatórios, sob pena de incursão desta Autoridade no crime de desobediência de ordem judicial³, sendo tomadas as medidas judiciais cabíveis ao caso.

Por fim, modificados os termos do Edital, requer que seja o mesmo republicado, reiniciando-se o processo licitatório.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Recife/PE, 13 de janeiro de 2022.

CINZEL ENGENHARIA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Lúcia Helena Burle de Loiola

CPF Nº 706.909.014-53

Procuradora e Responsável Técnica

³ Código Penal - Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:
Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.